



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

|     |                       |
|-----|-----------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D. O. U. |
| C   | D. 12/07/2000         |
| C   | <i>(Assinatura)</i>   |
|     | Rubrica               |

Processo : **10630.001276/96-68**

Acórdão : **201-73.421**

Sessão : 08 de dezembro de 1999

Recurso : **102.445**

Recorrente : **SINVAL FÉLIX CORREA**

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora – MG

**ITR/95** - Logrando o Contribuinte comprovar, com base em Laudo Técnico de Avaliação, assinado por profissional devidamente habilitado ou por entidade de reconhecida capacitação técnica, que o VTN utilizado como base de cálculo do lançamento não reflete o real valor do imóvel, cabe ao julgador administrativo a prudente critério rever a base de cálculo (art. 3º, § 4º, Lei nº 8.847/94). **Recurso que se dá provimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**SINVAL FÉLIX CORREA.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1999

Luiza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

Valdemar Ludvig  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rogério Gustavo Dreyer, Ana Neyle Olímpio Holanda, Geber Moreira, Serafim Fernandes Corrêa e Sérgio Gomes Velloso.

Imp/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10630.001276/96-68

**Acórdão :** 201-73.421

**Recurso :** 102.445

Recorrente : SINVAL FÉLIX CORREA

## RELATÓRIO

O Contribuinte acima identificado impugna a exigência consignada na Notificação de fls. 02, referente ao IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR/95 - de seu imóvel denominado Fazenda Córrego José Rodrigues, com área de 100,5ha localizado no Município de Conselheiro Pena-MG.

A impugnação foi apresentada tempestivamente e questiona basicamente o Valor da Terra Nua (VTN) constante no lançamento, alegando que o valor exigido não corresponde ao real Valor da Terra Nua.

Em sua impugnação traçou comparações entre o VTN arbitrado para o Município de Conselheiro Pena e para outros municípios próximos e até limítrofes a ele, tentando demonstrar assim a expressiva diferença de VTN por hectare verificada entre estas localidades.

Para embasar suas alegações apresentou juntamente com a impugnação **Notificação do ITR/95; Declaração expedida pela EMATER-MG**, através de seu Técnico Agrícola Edson Machado Júnior; **Declaração expedida pela Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena**, através do Chefe de Divisão Fiscal e Tributária, na qual declarou-se que em média o hectare das propriedades rurais naquele município foram avaliados em R\$ 447,65, valor este vigente em 31/12/94; e ainda Requerimento da Associação Ruralista de Conselheiro Pena enviado à Administração Fazendária, solicitando informações sobre a tabela de cotação de terrenos rurais naquele município, a qual foi atendida no próprio Ofício.

A autoridade julgadora singular indefere a impugnação em decisão sintetizada na seguinte ementa:

### **"IMPOSTO TERRITORIAL RURAL INSUFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA DE PROVA - LANÇAMENTO RATIFICADO**

*O artigo 29 do Decreto 70.235/72 assegura à autoridade administrativa julgadora a formação de sua livre convicção. Julgadas insuficientes ou inexistentes as provas acostadas aos autos, ratificada estará a presunção de legitimidade de que gozo o lançamento tributário, solucionando o litígio em primeira instância." (destaque nosso)*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10630.001276/96-68**  
**Acórdão : 201-73.421**

Inconformado com a decisão de primeiro grau, o Contribuinte recorre ao Segundo Conselho de Contribuintes, ratificando em seu recurso as razões estampadas em sua impugnação, para ao final rebater o VTN constante no lançamento, o qual em seu entendimento encontra-se divorciado da realidade fática.

Em seu recurso o Contribuinte cita o documento nº 02 juntado à Impugnação, e refere-se ao mesmo atribuindo-lhe características e condição de Laudo Técnico.

No entanto verifica-se no presente caso que não houve apresentação de Laudo e sim de uma **Declaração** expedida pela **EMATER-MG**, a qual informou o valor médio correspondente ao hectare no Município de Conselheiro Pena.

Alegou que para complementar o suposto “Laudo” foi juntado também documento expedido pela Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, tendo informado ainda que quando da Solicitação de Retificação de Lançamento – SRL – o Recorrente apresentou relação de outros valores atribuídos ao VTNm para imóveis de cidades vizinhas e próximas ao município do imóvel em referência, objetivando assim a demonstração da diferença de valores em uma mesma região.

Rebateu a decisão de primeira instância que considerou ineficazes as provas apresentadas, sob o argumento de que o “Laudo” apresentado está totalmente de acordo com as exigências da legislação aplicável à espécie.

Que em virtude dos altos índices do VTNm no ITR-95, o ITR-96 teve seus índices retificados pela própria Receita Federal, com diminuição de até 51%, o que ocorreu em atendimento ao clamor da classe rural.

Informou ainda que a Delegacia da Receita Federal, através de seu Delegado, remeteu carta à Associação Ruralista de Conselheiro Pena e Resplendor onde aconselhou que se recorresse àquele órgão para a correção de valores aplicados ao ITR-95.

Concluiu reafirmando ser improcedente o valor do VTN arbitrado, tendo em vista a grande diferença de valores por hectare constatada na mesma região do imóvel do Recorrente, o que a seu ver ficou amplamente demonstrado pelo “Laudo Técnico” da **EMATER-MG**, o qual deu respaldo à impugnação apresentada, pelo o que requereu a reforma da decisão de primeira Instância.

Ao final rebateu a decisão monocrática em relação à condenação ao pagamento dos encargos legais previstos na Lei 8.022/90, os quais deverão ser computados sobre o crédito tributário do Lançamento.



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10630.001276/96-68**

**Acórdão : 201-73.421**

Para tanto o Recorrente afirmou ter agido de acordo com a Lei 8.847, de 28/12/94, não tendo apresentado Recurso contra a Notificação, mas sim feito uma Solicitação de Retificação de Lançamento – SRL; sendo que esta não é sujeita às penalidades apontadas conforme determina a Norma de Execução SRL/COSAR/COSIT nº 07/96.

Finalizou requerendo a correção da decisão singular, por ter ficado provada a improcedência nos índices lançados em relação ao VTNm.

O Recurso veio acompanhado pelos seguintes documentos: Notificação ITR-95; Solicitação de Retificação de Lançamento – SRL; Cópia da Declaração expedida pela EMATER-MG; Carta firmada pelo Delegado-Substituto da Receita Federal, **Geraldo Bernardino Pinto**, enviada ao Presidente da Associação Ruralista de Conselheiro Pena-MG; Relação de valores do VTNm do ITR/95, publicada no Diário Oficial da União; Declaração da Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena; e Requerimento da Associação Ruralista de Conselheiro Pena, enviado à Administração Fazendária, solicitando informações sobre a tabela de cotação de terrenos rurais naquele município.

Às fls. 29 foram juntadas as Contra-Razões apresentadas pelo Procurador da Fazenda Nacional, o qual opinou pela improcedência do Recurso.

Este Colegiado entendeu em baixar o processo em diligência, para que o Impugnante fosse intimado a apresentar Laudo Técnico de avaliação, emitido por profissional devidamente habilitado, ou entidade de reconhecida capacitação técnica, de conformidade com as normas que regem a matéria.

Em atenção à diligência solicitada por esta Corte de Julgamento, o Recorrente trouxe aos autos, fls.48/50, Laudo Técnico, emitido pela EMATER – MG.

É o relatório.



**Processo : 10630.001276/96-68**  
**Acórdão : 201-73.421**

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG

Tomo conhecimento do recurso por tempestivo e apresentado dentro das formalidades legais.

A base de cálculo do ITR é o Valor da Terra Nua, apurado em 31 de dezembro do exercício anterior e informado na declaração anual apresentada pelo contribuinte, retificado do ofício, caso não seja observado o valor mínimo fixado pela Secretaria da Receita Federal.

A partir da publicação em 28/01/94, da Lei n 8.847, passou a ser facultado ao contribuinte o direito de questionar o Valor da Terra Nua mínimo (VTNm), a partir do comando contido no artigo 3, §4 da citada lei, valendo a reprodução do texto legal:

“Art. 3 – A base de cálculo do imposto é o Valor da Terra Nua (VTN), apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.

.....

§ 4 – A autoridade administrativa competente poderá rever, com base em laudo técnico emitido por entidade de reconhecida capacitação técnica ou profissional devidamente habilitado, o Valor da Terra Nua mínimo (VTNm), que vier a ser questionado pelo contribuinte.”

Conforme jurisprudência já formada, a instância administrativa não é competente para avaliar ou mensurar o VTNm do município. Entretanto, logrando o impugnante comprovar que o VTN utilizado como base de cálculo do lançamento não reflete o real valor do imóvel, cabe ao julgador administrativo a prudente critério, rever a base de cálculo questionada.

Dispensável dizer que a impugnação deverá basear-se em documentos que comprovem o fato alegado, dado que cabe ao contribuinte descharacterizar a presunção de legitimidade de que goza o lançamento regularmente notificado.

Laudo Técnico emitido por entidade de reconhecida capacitação técnica, ou profissional habilitado, é o instrumento probante a que está condicionada a revisão da base de cálculo do ITR. A legislação de regência é taxativa nesse aspecto. O texto legal não especifica sua forma ou conteúdo, citação por certo dispensável, uma vez que por definição, laudo é “o ato



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10630.001276/96-68

Acórdão : 201-73.421

escrito pelo avaliador, no qual fundamenta a estimativa atribuída às coisas julgadas, justificando os preços ou valores, que julgue ser devidos" (Plácido e Silva, Dicionário Jurídico, Volume III, pag. 51, Ed. Forense, 1993).

Em que pese, o Laudo Técnico apresentado pela Recorrente, não conter alguns requisitos exigidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, este, no entanto, alem de ser emitido por entidade de reconhecida capacitação técnica, nos fornece as informações essenciais para o fim a que se propõe, que são: a identificação do imóvel e o Valor da Terra Nua, base de cálculo do lançamento.

Face ao exposto, e tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1999

VALDEMAR LUDVIG